Parte I – Estudos Territoriais no Brasil

5. A dimensão espacial da atividade turística no território fluminense

Nathan da Silva Nunes
Miguel Angelo Ribeiro

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

NUNES, N.S., and RIBEIRO, M.A. A dimensão espacial da atividade turística no território fluminense. In: MARAFON, G.J., ARIAS, L.Q., and SÁNCHEZ, M.A., orgs. Apresentação. In: *Estudos territoriais no Brasil e na Costa Rica* (online). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, pp. 113-135. ISBN 978-85-7511-499-5. Available from: doi: [10.7476/9788575114995.0006](https://doi.org/10.7476/9788575114995.0006). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/j3jbg/epub/marafon-9788575114995.epub>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

5. A dimensão espacial da atividade turística no território fluminense

Nathan da Silva Nunes
Miguel Angelo Ribeiro

Introdução

Este artigo tem como proposta analisar a dimensão espacial do turismo no estado do Rio de Janeiro, visto que tal atividade tem importância econômica destacada para diversos municípios fluminenses. A seleção do recorte espacial ocorreu em virtude da observação de características que tornam o referido estado singular, visto que é possível identificar a prática de atividades relacionadas a diversas tipologias turísticas.

É válido ressaltar que estatísticas recentes apontam para um crescimento mundial dos fluxos relacionados ao turismo, com cerca de 1,2 bilhão de pessoas deslocando-se pelo planeta em 2015.

Nesse contexto, podemos pontuar que o estado do Rio de Janeiro caracteriza-se por apresentar enorme diversidade de situações topográficas e climáticas, bem como grande variedade de condições histórico-culturais (Ribeiro, 2003). Assim, a atividade turística se reveste de grande importância como fator de interiorização do desenvolvimento econômico e social, considerada atualmente uma expressão das mais autênticas do processo de globalização. O fenômeno do turismo expande-se em âmbito mundial até as regiões mais remotas, não sendo desconsiderado nenhum território. E, sob esse aspecto, o Brasil encontra-se inserido nessa economia globalizada por meio da atividade do turismo não só em decorrência de suas mais diversas paisagens, entre elas, as tropicais, como também em seus diferentes aspectos culturais e históricos, tornando-se, na América Latina, uma das principais áreas receptoras desses fluxos (Ribeiro, 2003).

O Brasil recebeu em 2015 e 2016, aproximadamente, 6,0 e 6,6 milhões de turistas estrangeiros, respectivamente, sendo que mais de 1,5 milhão (em ambos os anos) teve como destino o território fluminense, como indicado pelo Ministério do Turismo. Por isso, o estado do Rio de Janeiro (mapa 1) é uma das unidades federadas que apresenta importância para a promoção do turismo brasileiro, atividade esta que merece destaque no contexto do desenvolvimento econômico de nosso estado.

Em nível nacional, o Rio de Janeiro é o segundo ente federativo, quando tratamos do número de viagens a negócio. Porém, está na liderança quando a motivação do deslocamento é o lazer, destacando-se não apenas a capital, mas também alguns municípios do interior, como Armação dos Búzios, Cabo Frio, Angra dos Reis e Paraty.

Mapa 1: Regiões de governo do estado do Rio de Janeiro

Fonte: Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, 2014.

Tais resultados ratificam o papel do estado do Rio de Janeiro como uma das principais unidades receptoras de turistas nacionais e internacionais, apresentando importância para a promoção do turismo brasileiro.

Para que possamos atender aos desafios propostos, este capítulo encontra-se estruturado em três partes. A primeira envolve as condicionantes para o desenvolvimento das atividades turísticas no território fluminense, destacando-se os elementos físicos ou naturais, o elemento histórico e as atividades econômicas, o papel dos transportes e as políticas de turismo. Na segunda seção, procura-se discutir a institucionalização do turismo no estado, partindo da década de 1960, quando são criadas as primeiras empresas públicas voltadas para o setor, abordando ainda os planos, as tipologias e as classificações oficiais desenvolvidas para os municípios fluminenses. Por fim, na terceira seção, o foco será analisar e descrever as atividades turísticas em alguns municípios do estado, sendo selecionados aqueles em que o setor apresenta maior representatividade no contexto nacional, segundo classificações do Ministério do Turismo.

Condicionantes para o desenvolvimento das práticas turísticas nos municípios fluminenses

Para que possamos realizar uma análise acerca dos principais aspectos da atividade turística verificados no estado do Rio de Janeiro, é preciso apontar as condicionantes que viabilizam tal fenômeno. Porém, é necessário, em um primeiro momento, apresentar concepções e definições acerca do lazer, pois este relaciona-se intimamente com o turismo.

Para tanto, Menoia (2000) destaca o caráter de oposição entre o conceito de lazer e o de trabalho, visto que a redução na carga horária deste último tem propiciado mais tempo livre para o homem, um ser lúdico. Para Barbosa e Silva (2011), por sua vez, data do período pós-Revolução Industrial o início das discussões a respeito do lazer, sucedendo aquelas que tinham como objeto principal de análise o ócio, o não trabalho. Tais debates estavam inseridos no contexto marxista e sua crítica ao sistema capitalista.

Há uma série de conceituações para o referido termo, considerando, em sua maioria, a dimensão temporal, a atividade, a função, a importância e a maneira como é usufruído pelo homem (Menoia, 2000). A partir da concepção do sociólogo francês Dumazedier, Menoia (2000, p. 11) faz considerações sobre o lazer.

Segundo o autor, o lazer completo possui caráter liberatório, de livre escolha; caráter desinteressado, sem fim lucrativo; caráter hedonístico, de satisfação; caráter pessoal, onde as expectativas superam as necessidades. Classifica então o lazer em quatro tipos, conforme o tempo disponível: lazer do fim do dia, do final de semana, do final do ano e do fim da vida.

Visando a relacionar tal conceito à temática proposta para este capítulo, utilizaremos a abordagem de Barbosa (2011, p. 4) para associá-lo ao turismo, pois a autora entende que o lazer está vinculado à liberação e ao prazer, podendo apresentar três funções distintas, que seriam: “a do descanso (libera-se da fadiga); do divertimento, recreação e entretenimento (liga-se à fadiga, e esta, ao tédio) e do desenvolvimento (desenvolve a personalidade que depende de autonomia do pensamento e da ação cotidiana)”.

Após apresentar o lazer a partir do turismo, iniciaremos a análise de tais atividades de forma mais abrangente, destacando, em um primeiro momento, que não podem ser pensadas sem as bases geográficas e, nesse contexto, podemos distinguir três condicionantes que influenciam seu desenvolvimento em território fluminense. Tais condicionantes estão intimamente relacionadas. São elas: a) o elemento físico ou natural; b) o elemento histórico e as atividades econômicas; e c) o papel dos transportes.

O elemento físico ou natural

O quadro físico fluminense apresenta-se muito diversificado, em contraponto à limitada extensão territorial (Cide, 1997). Nesse sentido, o estado do Rio de Janeiro se configura como uma sucessão de paisagens, cujo alinhamento segue, aproximadamente, a direção geral SW-NE, dominada pela disposição do relevo, que condiciona, em grande parte, a variedade do clima e da cobertura vegetal, entre outros elementos. Sendo assim, distinguem-se como principais unidades físicas: o trecho litorâneo, o conjunto montanhoso e o planalto ondulado até o Vale do Paraíba, como apontou, grosso modo, Ribeiro (2003).

- I - O trecho litorâneo abrange a linha costeira e a região das baixadas, em direção à parte setentrional do estado, constituído por lagoas e cordões litorâneos, com vegetação de restinga. Parte dessa área integra

a região turística denominada Costa do Sol, iniciando-se nos limites da área Metropolitana (município de Maricá) até o município de Rio das Ostras; e a parte meridional, de constituição rochosa e muito recortada em baías e enseadas, prolongando-se até o município de Parati. Nessa unidade física, a modalidade de turismo mais desenvolvida é a do aproveitamento das praias e das práticas náuticas, apesar de atualmente novas modalidades de turismo serem utilizadas, como a histórico-cultural, a rural e o ecoturismo.

II - O conjunto montanhoso da Serra do Mar, representado pela frente escarpada e seu reverso, atravessando quase todo o estado, com altitudes de até 2.000 metros (Serra dos Órgãos), em alguns pontos, é caracterizado por temperaturas mais amenas, quando comparado com as demais unidades físicas, imprimindo características peculiares às diferentes modalidades turísticas. Essa porção é conhecida como Região Serrana.

III - Por fim, distingue-se o planalto ondulado, que perde altitude até o Vale do Paraíba do Sul, sendo que o rio de mesmo nome representa o traço mais marcante nessa paisagem, cortando o território fluminense de sul para norte e formando uma depressão encaixada entre as escarpas das Serras do Mar e da Mantiqueira, esta exibindo o paredão do Pico das Agulhas Negras, com aproximadamente 2.800m de altitude, muito aproveitado para diferentes modalidades de turismo.

Esse quadro físico constitui-se em suporte material para a organização econômica e social fluminense, estando diretamente associado ao desenvolvimento da atividade do turismo e exercendo influência na produção de lugares para o consumo.

O elemento histórico e as atividades econômicas

O elemento histórico e as atividades econômicas são importantes condicionantes para o desenvolvimento da atividade turística. Nesse sentido, de modo geral, podemos analisar a ocupação do atual estado do Rio de Janeiro pelos portugueses a partir do século XVI.

Esse século foi marcado pela descoberta da faixa litorânea do Estado, pela expedição em que tomou parte Américo Vespúcio (1501-02), sendo que, em 1503, foi instalada uma feitoria na futura cidade de Cabo Frio, enquanto em 1565 fundou-se a cidade do Rio de Janeiro. Assim, formas pretéritas criadas no século XVI ainda persistem nesses espaços e são testemunhas importantes para a preservação da memória e da cultura.

Esse período foi marcado pela Coroa Portuguesa com a ocupação do litoral, como defesa e conquista da terra (Rahy, 1999), destacando-se a importância do sítio, ou seja, do local no qual estabeleceram-se as futuras cidades, geralmente ocupando a entrada de baías, rios etc., com a presença de inúmeras fortificações, como as encontradas na Baía de Guanabara.

O século XVII foi marcado pelas experiências agrícolas vinculadas à produção de cana-de-açúcar e seus engenhos no Norte Fluminense, ou mesmo nos arredores da capital. Essa atividade marca a paisagem da região até os dias atuais, encontrando-se fazendas dos antigos barões do açúcar e usinas, enquanto na área metropolitana, pelas grandes transformações ocorridas, poucos vestígios foram deixados na paisagem.

No século XVIII, com a descoberta das reservas auríferas das Minas Gerais, a organização do povoamento fluminense foi profundamente alterada. A exploração do ouro influenciou indiretamente na ocupação do território. Concomitantemente à exploração aurífera nas Minas Gerais, nos primeiros anos desse século, a cana-de-açúcar atingiu definitivamente a baixada campista, na porção norte do Estado.

Quanto à atividade aurífera, as cargas do referido metal desciam do planalto das Minas Gerais em lombos de burros, na direção de Parati (Caminho Velho) e eram conduzidas pelo mar até o Rio de Janeiro (Mota e Lopez, 2016).

O Rio de Janeiro tornou-se rapidamente o principal porto e a mais ativa cidade do país, ao mesmo tempo, a atividade aurífera contribuiu para o aparecimento de vilas – embriões para futuras cidades – que serviam de passagem para o interior, como Vassouras, Paraíba do Sul e Paty do Alferes, entre outras (Rahy, 1999).

No século XVIII, do ponto de vista histórico e político, merece destaque a transferência da sede do governo colonial de Salvador para a antiga Província do Rio de Janeiro (1763), em decorrência do comércio do ouro das Minas Gerais, além das condições geográficas.

Cumpre lembrar que, no período compreendido entre os séculos XVII e XVIII, os portos tiveram importância fundamental na história econômica fluminense, primeiramente com o transporte de cana-de-açúcar e, logo em seguida, com o ouro.

O início do século XIX foi marcado, primeiramente, pela extinção do ouro das Minas Gerais (decadência da mineração), enquanto a cana-de-açúcar voltou a concentrar, mas por pouco tempo, todas as atenções.

Outro fato histórico e político importante para o atual estado do Rio de Janeiro e, mais diretamente, para a cidade do Rio de Janeiro, foi a chegada da Corte Portuguesa, em 1808, que afetou a estrutura organizacional da urbe carioca. Em 1834, essa cidade separou-se de sua província, e a capital imperial foi elevada à condição de Município Neutro, enquanto a cidade de Niterói tornou-se capital da Província Fluminense, em 1835 (Ribeiro, 2001).

À medida que o Império se consolidava, surgia um novo produto-rei na economia fluminense: o café. Essa nova cultura de base exportadora começou o seu trajeto na cidade do Rio de Janeiro, mais precisamente no Maciço da Carioca, nas encostas de Jacarepaguá, além dos Maciços da Pedra Branca e do Mendanha. Foi plantado em várias áreas do território fluminense, embora não tenha obtido o resultado esperado, em decorrência da declividade do terreno e das condições climáticas. Mas, a maior expressão cafeeira da antiga província iria ocorrer quando, a partir do Mendanha, a rubiácea atingiu São João Marcos (parte do atual município de Rio Claro), Pirai e Resende, chegando, portanto, ao Vale do Paraíba, em seu trecho médio.

O café, no Médio Paraíba Fluminense, teve seu plantio expandido para várias direções, sendo cultivado ao norte em Entre Rios (atual município de Três Rios), seguindo para Nova Friburgo e Cantagalo, na Região Serrana, terminando sua expansão em Itaocara e São Fidélis e seguindo a direção da Zona da Mata Mineira e do Espírito Santo.

As encostas foram ocupadas com cafezais, e o fundo dos vales, com as sedes das fazendas e instalações de beneficiamento do produto. Atualmente, muitas dessas fazendas, principalmente aquelas localizadas no Médio Paraíba, nos municípios de Vassouras, Valença, Paraíba do Sul, entre outros, estão sendo resgatadas para a atividade turística, a partir de um processo de refuncionalização.

Os elementos históricos na paisagem, muitos deles, frutos das atividades econômicas desenvolvidas em território fluminense, representam importantes

marcos no processo de ocupação, e que hoje podem ser resgatados como elementos culturais e da memória de um povo, constituindo-se em vetores das diferentes modalidades de turismo.

Tais elementos históricos tiveram sucesso graças ao papel dos transportes, e sua evolução, graças às técnicas que foram sendo desenvolvidas.

O papel dos transportes

Os transportes são importantes aliados no desenvolvimento da atividade do turismo. Esses sistemas de engenharia são relevantes no sentido de promoverem a rapidez dos deslocamentos e das comunicações.

Para o estado do Rio de Janeiro, tais sistemas tiveram papel preponderante no tocante à expansão do turismo interno, primeiramente com a difusão das estradas de ferro, a partir de 1854, impulsionadas com o esplendor da cultura cafeeira, a partir de 1870, e principalmente com o advento das rodovias, iniciadas no final da década de 1940.

As rodovias tiveram papel vital na expansão do turismo em território fluminense, concretizando-se, notadamente, a partir da década de 1970, com a construção da Ponte Presidente Costa e Silva, que liga as duas principais cidades do estado, Rio de Janeiro e Niterói; a abertura da BR-101; além da duplicação das rodovias Presidente Dutra (BR-116) e Washington Luís (BR-040), ligando a capital do estado às cidades mineiras de Juiz de Fora e Belo Horizonte.

Com a implantação da BR-101 em território fluminense, além da construção da Ponte Rio-Niterói, concretizada em 1974, a tendência foi haver uma expansão da atividade turística em direção ao litoral sul (Costa Verde) e ao litoral norte (Costa do Sol). Esses são dois grandes vetores de expansão do turismo litorâneo, secundados pela BR-116 (Rodovia Presidente Dutra), que corta a região do Vale do Paraíba.

A duplicação e o melhoramento desses eixos de transporte vieram a contribuir de forma positiva para o desenvolvimento da atividade turística em terras fluminenses, principalmente para os municípios localizados externamente à metrópole, tanto os litorâneos como os do interior. Tal fato, associado aos outros elementos, como o quadro natural diversificado, e aos condicionantes históricos, ensejou a difusão da atividade turística por alguns municípios fluminenses, tornando-os verdadeiros lugares para o consumo.

Sendo assim, no próximo segmento, relacionaremos a influência dos elementos apresentados com os tipos de turismo praticados na região das Baixadas

Litorâneas fluminense, objetivando caracterizar essa atividade a partir das estratégias e políticas adotadas pelo poder público.

Institucionalização turística, tipologias e categorização dos municípios do estado do Rio de Janeiro

A atividade turística apresenta grande destaque quando tratamos do estado do Rio de Janeiro, muito em razão da fama e do simbolismo que tem a capital, com pontos turísticos conhecidos mundialmente, como o Pão de Açúcar, o Cristo Redentor, a praia de Copacabana, o estádio do Maracanã, entre tantos outros. De acordo com Fratucci (2005, p. 82), “o Rio de Janeiro sempre foi, e continua sendo, o estado brasileiro onde a atividade turística apresenta dimensões mais marcantes, tanto para a sua economia, quanto para sua estrutura sociocultural”. Porém, a atividade também apresenta dinamicidade no interior, o que é destacado por esse autor, quando diz que o estado

tem no turismo um dos suportes de desenvolvimento mais importante, apresentando sobreposto ao seu território uma rede bastante ampla de nós/lugares turísticos, interligada por uma extensa malha de rodovias, hidrovias, ligações aéreas (a malha ferroviária existente praticamente não é utilizada pelo sistema turístico) e de uma complexa rede de comunicações.

O discurso oficial corrobora com o autor, tendo em vista que o *Caderno de turismo do estado* destaca a atividade turística como influenciada pela vasta diversidade de paisagens, características topográficas e climáticas, além das singularidades culturais encontradas no estado do Rio de Janeiro, para em seguida alertar sobre a importância que representa para alguns municípios e para o estado de maneira geral, destacando que tais práticas muitas vezes surgem de potencialidades até então pouco exploradas em características peculiares a cada município (Gomes, 2010).

É na década de 1960 que tem início o ordenamento territorial a partir do turismo no estado do Rio de Janeiro, visto que neste período começa a haver uma preocupação institucional em relação à atividade, com a criação do Instituto Brasileiro de Turismo (atual Embratur), em nível nacional, e da Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro (Flumitur), segundo Fratucci (2005). Já

nos anos 1970, começa a ser mais evidente o processo de interiorização da atividade, muito em virtude da fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, em 1975, o que ocasionou a transferência da sede da Flumitur de Niterói para o Rio de Janeiro, passando a desenvolver ações que tinham como foco principal o interior, visto que o turismo da capital era gerido pela Riotur (Fratucci, 2005).

Buscando evidenciar tal preocupação dos agentes públicos no desenvolvimento turístico do interior, selecionamos a definição de Cabo Frio como centro turístico nacional, de acordo com a Embratur, na década de 1980. Nessa mesma década, foi desenvolvido o Plano Indutor de Investimentos Turísticos na Região dos Lagos, do governo do estado do Rio de Janeiro, com apoio do governo da Catalunha. Fratucci (2005, p. 91) tece considerações a respeito das razões para a elaboração e os objetivos do plano.

A justificativa para a elaboração desse plano estava calcada em um diagnóstico do turismo brasileiro da época, que apontava para o fato de, apesar da forte demanda potencial (nacional e internacional) existente, o Rio de Janeiro não oferecer um produto turístico coerente e compatível com as exigências do mercado. Segundo relatórios da época, esse desajuste era causado pela ausência de uma política de turismo específica para um segmento de mercado, o que demonstrava a ausência de um produto turístico altamente qualificado e competitivo internacionalmente. A escolha da Região dos Lagos do Rio de Janeiro baseou-se na sua proximidade com a cidade do Rio de Janeiro e com o Aeroporto Internacional (média de 60 km); nas características fisiográficas locais: grande extensão do litoral, clima tropical, baixo índice pluviométrico e inverno com temperaturas médias em torno de 20°C; na sua topografia ideal para implantação de campos de golfe e, nas características culturais dos seus centros urbanos.

À época, foram elaboradas diversas propostas para a aplicação do plano, porém uma série de dificuldades políticas o inviabilizaram, como alterações nas legislações municipais quanto ao uso do solo, a ausência de recursos financeiros suficientes e a eleição estadual, que colocou no poder um novo governo (Fratucci, 2005).

Silva (2008, p. 272) ressalta os resultados obtidos recentemente pelos municípios do Rio de Janeiro que têm o turismo como principal atividade, pois

“há algum tempo podem ser relacionados entre os que apresentam as maiores taxas de crescimento, o que, de maneira geral, só confirma uma tendência mundial nesse sentido”. Porém, há nesse estado uma variedade considerável de tipologias relacionadas ao turismo, o que contribui decisivamente para o crescente número de visitantes, visto que há opções para os mais variados públicos.

Cumprir fazer referência que, além das políticas na escala nacional e estadual, não podemos deixar de mencionar as respectivas Secretarias Municipais de Turismo ou órgãos similares. Essas secretarias desenvolvem políticas específicas com relação aos atrativos e atividades que conferem singularidades aos municípios turísticos, incentivando, por meio do marketing, calendários e folders, a promoção da atividade em tela. Podemos exemplificar, na Região das Baixadas Litorâneas, o município de Armação dos Búzios, que procura difundir uma imagem relacionada aos aspectos da natureza, especialmente os ambientes de praia. Outro exemplo é a Costa Verde, que difunde uma imagem de paraíso em seus prospectos como uma forma de “vender” esse trecho do litoral sul fluminense com suas belezas naturais.

Para inserir uma discussão a respeito das tipologias da atividade turística no estado do Rio de Janeiro, cabe recorrer a Ribeiro (2003), que destaca três fatores que acabam condicionando o desenvolvimento dessa atividade nos municípios fluminenses, que seriam suas características físicas ou naturais, os elementos culturais formados a partir da história e a atuação fundamental dos transportes, alicerçado nas rodovias, como já abordado na primeira parte deste capítulo.

Tratando diretamente dos modelos desenvolvidos em território fluminense, serão utilizadas como referências as tipologias indicadas por Ribeiro (2003) e as classificações de áreas turísticas do estado do Rio de Janeiro, segundo o Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense (NEGEF, 2010).

Ribeiro (2003) utiliza o Guia Quatro Rodas da Editora Abril (1999) para fundamentar sua argumentação a respeito das localidades classificadas como de função turística, utilizando ainda, para a elaboração da tipologia, outros dois elementos, a saber: as atrações e os diferentes tipos de hospedagem. Após considerar tais fatores, o autor elaborou a tipologia a partir de cinco grandes tipos, acrescentando ainda as localidades de apoio. Os tipos seriam: 1 - Litorânea; 2 - Histórica/Rural; 3 - Rural/Ecológica/Aventura; 4 - Estância/Rural; e 5 - Cultural/Rural. Cabe ainda ressaltar que os tipos 1 e 3 apresentam subtipos

(quadro 1). Essa tipologia, apesar de ser do final do século XX e, por isso, precisar de novos ajustes, ainda tem validade.

O Ministério do Turismo (2015), por sua vez, categorizou os municípios fluminenses de acordo com o desempenho econômico de cada um destes no setor, classificando-os de “A” a “E”. Por meio do quadro 2, procuramos destacar aqueles que apresentaram resultados mais expressivos, evidenciando a consolidação do turismo como importante atividade econômica.

Quadro 1: Tipologia das funções turísticas no estado do Rio de Janeiro

TIPOS (FUNÇÕES)	SUB-TIPOS
1- Litorânea	1.1- Diversificada 1.2- Praia-Náutica/Rural 1.3- Praia-Náutica 1.4- Praia-Náutica/Histórica
2- Histórica/Rural	
3- Rural/Ecológica/Aventura	3.1- Diversificada 3.2- Rural 3.3- Rural/Ecológica/Aventura
4- Estância/Rural	
5- Cultural/Rural	
6- Apoio ao Turismo	

Fonte: Guia Quatro Rodas, Brasil. São Paulo: Editora Abril, 1999. Elaborado por RIBEIRO, Miguel Angelo, 2000-2001.

Quadro 2: Municípios do estado do Rio de Janeiro inseridos na categoria “A” na categorização turística do Brasil¹

Município	Região Turística
Angra dos Reis	Costa Verde
Armação dos Búzios	Costa do Sol
Cabo Frio	Costa do Sol
Paraty	Costa Verde
Rio de Janeiro	Metropolitana

Fonte: Ministério do Turismo, 2015. Elaborado por Nunes (2016).

A partir do quadro 2, Costa (2010, p. 82) afirma algo já diagnosticado, que a sociedade atual tem nos ambientes naturais os principais polos de atração turística. Prossegue analisando especificamente a praia, visto que, segundo ele, esta

é potencialmente turística por dois motivos básicos: a segurança que esse ambiente confere, com suas reentrâncias e o seu imenso e belo horizonte, que suscita nos seres humanos o sentimento de aventura. Importante ressaltar que a praia também permite uma fusão entre atividades econômicas e recreativas, portanto constitui também um ambiente de fixação populacional.

Após a apresentação das funções turísticas e da categorização dos municípios do estado, no próximo segmento discutiremos o turismo a partir de municípios específicos, evidenciando aspectos relacionados à inserção da atividade e do cenário verificado atualmente.

¹ Instrumento elaborado pelo Ministério do Turismo para identificar o desempenho econômico no setor para os municípios que constituem o Mapa do Turismo Brasileiro. A categoria “A” representa os municípios com maior fluxo turístico e maior número de empregos e estabelecimentos formais no setor de hospedagem.

O papel do turismo nos municípios de Angra dos Reis, Paraty, Armação dos Búzios, Cabo Frio e Rio de Janeiro²

Buscando finalizar este capítulo sobre a dimensão espacial da atividade turística no estado do Rio de Janeiro, abordaremos a temática a partir dos municípios inseridos na categoria A da classificação do Ministério do Turismo, visto que estes são os de maior destaque na escala nacional, conforme variáveis indicadas na nota de rodapé 1 deste capítulo.

No caso de Angra dos Reis, destacamos o processo de ocupação do território que atualmente delimita o município, extremamente vinculado ao processo de colonização do país, com a chegada dos portugueses em seu litoral, em um primeiro momento, e posterior ocupação do interior. Em virtude das condições propiciadas pelo sítio, a denominada Baía da Ilha Grande exerceu importante função portuária para escoamento de ouro vindo de Minas Gerais. Posteriormente, o município teve na produção cafeeira sua principal atividade econômica.

No final dos anos 1970, Angra dos Reis foi escolhida como sede de importantes projetos, como ressalta Corrêa (2010), exemplificados o estaleiro Verolme e as Usinas Nucleares Angra I e II, contrastando com a atividade turística, empreendimento que proporcionou a chegada de fluxos cada vez maiores ao município da Costa Verde fluminense, com a construção da Rodovia Rio-Santos na referida década.

Tratando dos elementos angrenses atrativos aos turistas, Corrêa (2010, p. 118) aponta que

Angra dos Reis é internacionalmente conhecida por seus recursos naturais, como as 365 ilhas e as duas mil praias exaustivamente mencionadas em sites e panfletos encontrados em estabelecimentos turísticos do município e de outras localidades. A condição atribuída de paraíso natural, assim como a ideia construída acerca de sua vocação turística se apresentam como alguns dos argumentos que impulsionam o setor de turismo na localidade.

² A ordem dos municípios corresponde às Regiões de Governo da Costa Verde (Angra dos Reis e Paraty), das Baixadas Litorâneas (Armação dos Búzios e Cabo Frio) e o município do Rio de Janeiro, núcleo da Região metropolitana.

Para além do distrito sede, destaca-se também o distrito de Ilha Grande. Nas palavras de Costa (2012, p. 104),

o turismo se aproveita da beleza cênica da Ilha Grande para permanecer, ainda hoje, como principal atividade econômica deste distrito fluminense. A Ilha Grande segue a orientação turística do seu município de origem, Angra dos Reis, que é pautada na concretização do ambiente náutico.

Entretanto, é necessário ressaltar o caráter segregador do turismo, nesse caso, visto que é possível observar o desenvolvimento da atividade em áreas específicas da ilha, com a desvalorização de áreas outrora importantes economicamente, como aquelas ocupadas por população caiçara (Costa, 2012).

Na mesma região de governo, a Costa Verde, está situado o município de Paraty. O caso desse município reflete o cenário verificado em diversos outros no Brasil onde o turismo apresenta-se como responsável por transformações espaciais que afetam significativamente a sociedade.

Paraty, assim como Angra dos Reis, no século XVII, serviu como entreposto para escoamento aurífero, posteriormente exerceu a mesma função para a produção cafeeira. Após tais atividades econômicas, o município retornou, no fim do século XX, ao grande circuito da economia brasileira por meio do turismo, conforme destaca Silva (2008). Ainda segundo esse autor, a atividade ocasionou inúmeras transformações no município, notadamente no que tange à especialização de serviços, restaurantes e pensões.

A primeira leva de turistas em Paraty era composta pelos chamados *hippies*, que praticavam o chamado turismo “mochileiro”, caracterizado por acampamentos ou hospedagens de baixo custo. Porém, Silva (2008) afirma que a dimensão do turismo nesse município da Costa Verde é alterada na década de 1970, com a chegada da classe média a Paraty, facilitada pela abertura da Rodovia Rio-Santos.

Atualmente, a Secretaria de Turismo de Paraty aponta um calendário anual bastante diversificado (figura 1) para atender diferentes segmentos de visitantes, destacando-se como ponto alto a FLIP (Festa Literária Internacional de Paraty), que ocorre no mês de julho, e o Festival da Cachaça, Cultura e Sabores de Paraty.

Figura 1: Calendário anual de eventos de Paraty

Fonte: Secretaria de Turismo de Paraty, 2018.

Para concluir a abordagem acerca de Paraty, é fundamental regressar à década de 1950, quando seu conjunto histórico foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A beleza arquitetônica característica do Brasil colonial atrai até os dias atuais importantes fluxos turísticos, além de seus parques, reservas ecológicas e praias.

Quanto a Armação dos Búzios, esta possui história mais recente como município emancipado, mas o processo de ocupação de seu território é extremamente antigo, visto que, antes da chegada dos portugueses, já habitavam seu

território tribos indígenas. Após a inserção portuguesa, o atual município de Armação dos Búzios verificou uma exploração econômica vinculada à atividade do pau-brasil. Posteriormente, o século XVIII foi marcado pela pesca de baleias na sua enseada, prática que perduraria até 1767, quando a presença do animal já era rara.

No que diz respeito ao turismo, o município é conhecido internacionalmente, tendo a década de 1960 como marco inicial do início do desenvolvimento mais destacado da atividade turística, em razão da presença da atriz francesa Brigitte Bardot na então vila de pescadores ainda pertencente ao município de Cabo Frio (Nunes, 2017).

Atualmente, a atividade é a de maior destaque na economia desse município localizado nas Baixadas Litorâneas, sendo valorizadas pelos turistas, especialmente, suas praias, diretamente responsáveis pela sua classificação na categoria A do Ministério do Turismo, confirmando a relevância da atividade para sua economia, bem como a expressividade municipal não apenas nos contextos regional e estadual, mas também em âmbito nacional.

Com base no trabalho de campo realizado no ano de 2016, foi possível verificar uma busca pela manutenção do perfil turístico municipal, por meio da atuação dos agentes promotores, sejam eles oriundos do setor público ou da esfera privada. Há uma tentativa de romantizar os atrativos/paisagens do município, pela associação entre linguagem e imagem na criação de representações que cativem o observador. Frases como “a natureza convida você e sua família para um encontro inesquecível” e “desfrute dos pequenos paraísos iluminados pelo sol e bordados pelo mar” são acompanhadas de imagens fotográficas diversas, mas onde predominam as relacionadas aos ambientes de praia (figura 2).

Figura 2: Material publicitário referente a Armação dos Búzios

Fonte: Secretaria de Turismo de Armação dos Búzios, s/d.

No caso de Cabo Frio, cabe destacar que, desse município, emanciparam-se diversos outros que compõem a Região de Governo das Baixadas Litorâneas, na qual exerce um papel de centralidade que perdura até os dias atuais. Sobre a região, esta observou, a partir da década de 1970, um incremento econômico e populacional em razão especialmente da melhoria das condições de acesso a partir da Região Metropolitana. Na década de 1990, emergiu ainda o setor petrolífero, com destacada influência na região, visto que quatro de seus municípios (Armação dos Búzios, Cabo Frio, Casimiro de Abreu e Rio das Ostras) estão na denominada Zona de Produção Principal (Nunes, 2015).

Barcellos (2016) afirma que o desenvolvimento econômico de Cabo Frio ocorreu historicamente a partir de recursos oriundos da pesca e da produção salineira, havendo uma modificação desse cenário a partir da fusão entre os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, em 1975, pois foram criados planos de integração para o território fluminense, incluindo eixos rodoviários que articulassem o recém-criado estado do Rio de Janeiro. Com essas novas condições de

acesso e incentivos econômicos diversos, “o turismo torna-se atividade marcante” (Barcellos, 2016, p. 28).

De acordo com a Secretaria de Turismo, no ano de 2016, o número de turistas que chegaram a Cabo Frio, na chamada alta temporada, ultrapassou 800 mil pessoas, o que representa cerca de quatro vezes o tamanho da população local. O município é ainda importante exemplo para a análise do fenômeno da segunda residência em território fluminense, pois, de acordo com o IBGE (2010), 33% dos domicílios desse município eram de uso ocasional.

Em relação à capital fluminense, a cidade do Rio de Janeiro, verificamos que, nas últimas décadas, há uma preocupação crescente com a valorização e a criação de elementos a serem vendidos externamente, pautando a atuação do poder público especialmente na reestruturação urbana, que se apoia nos megaeventos esportivos sediados pela cidade. Barre (2013, p. 46) entende que

os megaeventos seriam então o pretexto para repensar, planejar e executar uma transformação profunda da cidade do Rio, a fim de urgentemente fazer dela uma cidade ‘de fluxos’, ‘global’, ‘cosmopolita’, ‘inteligente’, ‘criativa’, ‘tecnológica’, ‘festiva’, ‘sede’ (host city), e talvez, sobretudo, afinal, ‘(ainda mais) atrativa’.

Entre os anos de 2007 e 2016, o Rio de Janeiro sediou três dos principais eventos esportivos mundiais, os Jogos Pan-Americanos, a Copa do Mundo de Futebol e as Olimpíadas de verão, que ocasionaram a criação de variados fixos ligados ao esporte no espaço urbano carioca, como o Estádio Olímpico João Havelange (posteriormente renomeado para Estádio Olímpico Nilton Santos), o Parque Aquático Maria Lenk, a Arena Multiuso, o Complexo esportivo de Deodoro, diversas instalações que compõem o Parque Olímpico, entre outros, além de intervenções sobre a aparência de elementos que fazem parte da paisagem carioca há décadas, como as reformas pelas quais passou o estádio do Maracanã. Cumpre fazer referência que muitos desses empreendimentos estão abandonados e sem utilização, principalmente aqueles localizados na Zona Oeste carioca, mais precisamente, na Barra da Tijuca, bairro que teve instalações importantes para os Jogos Pan-Americanos de 2007 e os Jogos Olímpicos de 2016.

Associados a outros elementos, como a predisposição do quadro natural, os elementos históricos e a evolução dos transportes, a cidade do Rio de Janeiro constitui-se como um dos principais destinos brasileiros, segundo classificação do Ministério do Turismo (2015), que a inclui na categoria A, juntamente com outros cinquenta municípios brasileiros. Ribeiro (2003), ao desenvolver a tipologia das localidades com atividades turísticas e de apoio, insere a capital fluminense no tipo (função) litorânea e subtipo diversificada, caracterizada por englobar diversas modalidades de turismo. Essas duas categorizações evidenciam, portanto, a variedade da oferta e a importância adquirida pela atividade turística para a economia carioca ao longo do período selecionado.

Fratucci (2005) apresenta tentativas de desenvolvimento do turismo, sendo válido ressaltar algumas das que inserem a cidade do Rio de Janeiro em seu recorte, como o Projeto Turis (1973-75); a identificação do espaço turístico estadual (1979-81), proposta realizada pela Embratur e desenvolvida no estado do Rio de Janeiro pela Flumitur; a Campanha Cidades Maravilhosas do Estado do Rio de Janeiro (1988-90), estabelecida pela TurisRio; o Plano Diretor de desenvolvimento de polos de turismo náutico (1988-90); o Plano Diretor de Turismo do estado do Rio de Janeiro (1997-2001). Mais recentemente, verificamos a proposição de campanhas como “Rio de Janeiro a Janeiro”, realizada mediante a parceria entre a prefeitura municipal, o Governo Federal e empresários, tendo como foco o aumento do fluxo de turistas por meio da exposição do potencial turístico da cidade.

As iniciativas apresentadas constituem algumas das propostas estabelecidas pelo poder público para a gestão do turismo, pautando-se muitas vezes em recortes espaciais amplos, mas que incluem a cidade Rio de Janeiro.

A partir do que foi exposto, procuramos evidenciar algumas práticas e localidades privilegiadas pelos fluxos turísticos em território fluminense, cabendo ressaltar, entretanto, que há diversos outros municípios e tipologias de imensa representatividade para a atividade no contexto estadual, mesmo que não classificadas como de nível A pelo Ministério do Turismo.

Arremates

O território fluminense tem nas atividades de lazer importante fator no que diz respeito a seu desenvolvimento social e econômico, notadamente quando tratamos das atividades relacionadas ao turismo, sendo o referido recorte

espacial uma das unidades federadas de maior importância para a promoção do Brasil como destino de visitantes nacionais e estrangeiros.

Pudemos constatar a relevância de elementos, como a história dos municípios e as atividades econômicas neles desenvolvidas, a melhor acessibilidade ao interior, especialmente por meio da construção e melhorias de rodovias que ligam a metrópole ao interior, a partir da década de 1970, e o elemento físico/natural, imensamente valorizado por agentes promotores e consumidores do turismo, quando tratamos do recorte espacial em tela.

Apesar da representatividade da capital estadual, exacerbada após a realização de megaeventos esportivos neste século XXI, também identificamos diversos municípios do interior que conseguiram usufruir de suas possibilidades turísticas, como são os casos de Armação dos Búzios, Cabo Frio, Paraty e Angra dos Reis. Estes, de acordo com o Ministério do Turismo, são aqueles nos quais o turismo apresenta maior grau de desenvolvimento no estado, estando entre os cinquenta no país que se encaixam nas especificações necessárias para compor a categoria A da classificação já indicada.

Mas, mesmo tratando de uma atividade que traz divisas em nível estadual e municipal, os órgãos competentes em diferentes instâncias poderiam elaborar políticas mais eficientes, que permitissem a inclusão de maior parte da população local, oferecesse incentivo educacional e qualificação da mão de obra e promovesse infraestrutura e empreendimentos mais adequados e com melhor localização, não copiando modelos de países e cidades centrais (caso de modelos europeus), que muitas vezes não se adequam às realidades locais, excluindo a população. Tais questões ficam para discussão em outra oportunidade.

Referências

- BARBOSA, Talita Prado e SILVA, Odair Vieira da. “Origens e significados do lazer”. *Revista Científica Eletrônica de Turismo*, ano III, n. 14, Rio de Janeiro, 2011.
- BARCELLOS, Cláudia Márcia. *Mobilidade urbana: efeitos causados pelo turismo de massa no município de Cabo Frio* (monografia – graduação). Universidade Federal Fluminense, 2016.
- BARRE, Jorge de La. “Choque de futuro: o Rio dos megaeventos”. *Revista O Social em Questão*, ano XVI, n. 29, pp. 43-68, Rio de Janeiro, 2013.

CIDE – 1997, 2014. “Estado do Rio de Janeiro: território”. Rio de Janeiro: CIDE, 2014.

CORRÊA, Renata da Silva. “Diferentes territórios, territorialidades divergentes: os territórios do turismo em Angra dos Reis (RJ)”. In MARAFON, Glaucio José e RIBEIRO, Miguel Angelo (orgs.). *Revisitando o Território Fluminense III*. Rio de Janeiro: Gramma, 2010, pp. 113-34.

COSTA, Romulo de Oliveira. “A (re)produção do lugar turístico aliado à lógica dos ambientes de atração permanente: o exemplo da expansão do fenômeno do Eco-turismo na Ilha Grande – Angra dos Reis (RJ)”. In MARAFON, Glaucio José e RIBEIRO, Miguel Angelo (orgs.). *Revisitando o Território Fluminense III*. Rio de Janeiro: Gramma, 2010, pp. 77-88.

_____. “A paisagem como recurso capitalista para o turismo: o exemplo de apropriação da paisagem da Ilha Grande – Angra dos Reis/RJ”. In MARAFON, Glaucio José e RIBEIRO, Miguel Angelo (orgs.). *Revisitando o Território Fluminense IV*. Rio de Janeiro: Gramma, 2012, pp. 91-110.

FRATUCCI, Aguinaldo César. “A formação e o ordenamento territorial do turismo no estado do Rio de Janeiro”. In BARTHOLO, Roberto et al. (orgs.). *Turismo e sustentabilidade no Estado do Rio de Janeiro*. 1 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, v. 1, pp. 81-109.

GOMES, João Carlos (org.). *Caderno de turismo do estado do Rio de Janeiro: passaporte para o desenvolvimento do estado*. Rio de Janeiro: Fecomércio, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico, 2010.

MARAFON, Glaucio José et al. *Geografia do estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gramma, 2011.

MENOIA, Thelma Regina Marialva. *Lazer: história, conceitos e definições* (monografia – graduação). Unicamp, 2000.

MINISTÉRIO DO TURISMO. *Categorização dos municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro*. Brasília, 2015.

MOTA, Carlos Guilherme e LOPEZ, Adriana. *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: Senac, 2016.

NEGEF. “Caderno de Turismo: apoio à orientação da atividade turística no Estado do Rio de Janeiro”. In MARAFON, Glaucio José e RIBEIRO, Miguel Angelo (orgs.). *Revisitando o Território Fluminense III*. Rio de Janeiro: Gramma, 2010, pp. 9-24.

NUNES, Nathan da Silva. *Transformações nas dinâmicas populacional e econômica a partir dos impactos dos royalties petrolíferos no município de Casimiro de Abreu-RJ* (monografia – graduação). UERJ, 2015.

_____. *Imagem e representações nos cartões postais: a paisagem dos municípios de Armação dos Búzios, Casimiro de Abreu e Saquarema, na região das Baixadas Litorâneas* (dissertação). UERJ, 2017.

RAHY, Ione Salomão. “Povoamento do estado do Rio de Janeiro”. *GEOUERJ*, Departamento de Geografia, UERJ, n. 6, pp. 37-43, Rio de Janeiro, 1999.

RIBEIRO, Miguel Angelo. *Considerações sobre o espaço fluminense: estrutura e transformações* (mimeo). Departamento de Geografia/UERJ, 2001.

_____. “Turismo no estado do Rio de Janeiro: ensaio de uma tipologia”. *GEOgraphia*, ano V, n. 10, 2003, pp. 79-91.

SILVA, Gustavo Junger da. “O turismo histórico como vetor de desenvolvimento sócio-econômico em Paraty: estratégias, limitações e reflexos no urbano”. In MARAFON, Glaucio José e RIBEIRO, Miguel Angelo (orgs.). *Revisitando o Território Fluminense II*. Rio de Janeiro: Gramma, 2008, pp. 263-86.